



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

Presidente: Exmo. Sr. Ivo Mendonça

Secretário: Exmo. Sr. Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 14 horas e 50 minutos.

Deu-se continuidade à apreciação conjunta, na especialidade, das propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.º/2017 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2018, com o orçamento do Ministério de Emprego e

Assuntos Sociais. Fizeram uso da palavra, os Srs. Ministros de Emprego e Assuntos Sociais (Emílio Lima) e das Finanças, Comércio e da Economia Azul (Américo Ramos) e o Sr. Deputado Mário Fernando (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 15 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 14 horas e 55 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Ivo Mendonça da Costa

Joaquim Salvador Afonso

Mário Fernando de Jesus Rainho

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Partido da Convergência Democrática (PCD):

Jorge Coreia

O Sr. Presidente: — Agora vamos passar ao Ministério de Emprego e Assuntos Sociais.

Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais, muito boa tarde e seja bem-vindo.

Sr. Ministro, gostaria que fizesse uma abordagem sobre o orçamento do Ministério que Vossa Excelência coordena.

O Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais (Emílio Lima): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Ministros: O Ministério de Emprego e Assuntos Sociais, neste XVI Governo, tem como objectivo essencial definir e implementar políticas na área de emprego, formação profissional e assuntos sociais.

No âmbito de emprego, temos estado a trabalhar no sentido de dar resposta às solicitações. Trabalhamos com diversas empresas no mercado, quer no sector privado, quer no sector público, respondendo sempre às solicitações. Portanto, as empresas recorrem às nossas bases de dados, para recrutarem sempre os trabalhadores que for necessário.

Também apoiamos as associações sindicais que fazem gestão económica e social dos trabalhadores.

Com os nossos parceiros tradicionais, asseguramos as diferentes formações para capacitar, no âmbito do diálogo social e não só.

A outra vertente que temos é a formação profissional. Com a formação profissional, temos um centro nosso, que é o Centro de Formação de São Tomé, em que damos diferentes formações, quer para o aperfeiçoamento dos trabalhadores e funcionários, quer dando uma formação inicial, para que os jovens possam estar no mercado já com alguma profissão. Trabalhamos em conjunto, portanto, a área de emprego e formação profissional, para responder às solicitações do mercado. Não é o Ministério de Desemprego, como alguém quis dizer, brincando, porque nos últimos 4 anos podemos dizer que criamos mais de 4 000 postos de emprego. Portanto, temos estado sempre em interligação com diferentes empresas e nas nossas bases de dados temos, nos últimos 3, 4 anos, mais de 4 000 postos de emprego, porque conseguimos colocar as pessoas que procuravam.

Na vertente social, trabalhamos com 3 valências diferentes. Uma valência são os idosos. Nos idosos temos aqueles que são reformados, que contribuíram, durante a sua vida activa. Esses têm uma categoria e uma unidade que responde, que é a Segurança Social. Temos aqueles outros que nunca contribuíram e, pelo facto de um dos nossos vectores no Programa do Governo, que está na opção do plano, ser garantia da justiça social e coesão social, temos estado a dar apoio a mais de 5 000 pessoas, como mães carenciadas, idosos, que não têm condições mínimas, e crianças. Como é que asseguramos isso? Asseguramos isso em vários projectos. Temos o prato quente, fornecimento de batas e cadernos para meninos na escola, temos um programa de educação parental, em que temos intervenção, em vários distritos. Neste programa, preparamos as famílias, as mães carenciadas, no sentido de elas assegurarem o bem-estar das suas crianças, ou seja, assegurarem os primeiros 3 anos, que têm a ver com o processo de vacinação, todo o processo de saúde pública e de prevenção da saúde e garantia de boa alimentação, para o desenvolvimento da criança depois continuamos a assegurar que elas possam estar inscritas nas escolas, desde a creche até a secundária básica e não só.

Grosso modo, são essas as nossas áreas de intervenção.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Ministro.

Srs. Deputados, depois desta abordagem, está aberto o espaço para perguntas e sugestões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, boa tarde.

O Sr. Ministro informou-nos que tem no seu dado estatístico cerca de 5 000 pessoas, incluindo velhos, mães carenciadas e crianças que recebem meios de subsistência. Queria que nos dissesse em que modalidade é que faz isso e, em termos de *timing*, se é mensal, trimestral ou anual? Como é que feito esse processo?

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro de Emprego e Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, em relação aos idosos e mães carenciadas, temos um programa em que fazemos o pagamento trimestral, levando esses subsídios de sobrevivência a cada um dos distritos. Temos uma equipa de assistentes sociais que trabalham em todos os distritos e não só fazem o pagamento, como também dão apoio, quando necessário, em questões de saúde. Fazem relatórios nos quais é espelhado o acompanhamento da vida social desses carenciados e algumas vezes, quando possível, ofertamos cabazes, para minimizar as dificuldades que as pessoas têm.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, já agora, quanto aos idosos, qual é o critério para a selecção dos que beneficiam desses subsídios?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro de Emprego e Assuntos Sociais**: — Fazemos o levantamento, atendendo às necessidades familiares. A nossa equipa faz um levantamento e as pessoas também podem se candidatar, recorrendo aos nossos serviços. Quando as pessoas se candidatam, os serviços vão lá, vêem as condições das pessoas, para verem qual é o rendimento que têm. Comprova-se que os rendimentos não são suficientes para garantir a subsistência, portanto, nós inscrevemos e apoiamos. Também podemos informar que, em princípio, neste ano, com o apoio dos nossos parceiros, vamos tentar ter uma abrangência maior. Pretendemos, até antes do final desta Legislatura, aumentar a cobertura para cerca de 20 000 pessoas. Portanto, cerca de 12 ou 13 000 famílias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Fernando** (ADI): — Sr. Ministro, levanto esta questão, porque venho de um distrito, onde as pessoas são realmente carentes e precisam de uma atenção. Conheço e tenho uma lista, mais ou menos, de algumas pessoas que beneficiam dessa regalia, mas acho que devia ser mais extensiva. Portanto, neste caso, as pessoas que merecem e precisam mesmo, neste momento, devem contactar os serviços cá ou alguma delegação, no Distrito? Quem devem contactar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro de Emprego e Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, podem fazer das duas formas. Podem contactar os serviços aqui ou lá no Distrito de Caué.

Posso também informar que estamos a ter agora uma intervenção na melhoria das condições do espaço, onde atendemos às pessoas, para dar maior dignidade. É um distrito que, pela sua extensão e dispersão das povoações, precisa de melhoria das condições, ou seja, ter mais técnicos sociais. Temos estado a trabalhar, em conjunto com os Leigos para o Desenvolvimento, que trabalham em Malanza, para cima, mas queremos melhorar a forma de atendimento, para termos maior cobertura pessoal e individual. Entretanto, apesar de não termos ainda condições para isso, recebemos candidaturas, quer nos distritos, quer aqui na sede, no Ministério. Portanto, temos uma unidade que recebe as candidaturas, depois a unidade cá em baixo contacta os técnicos que estão no terreno. Portanto, há uma coordenação, para que eles possam confirmar a real necessidade e depois inscrever. Fizemos o processo de recenseamento que foi concluído no mês de Janeiro, a actualização das informações. Portanto, estamos a criar um registo único, no qual teremos protocolos com outros ministérios. Portanto, vamos ter na área de Saúde, para que essas pessoas possam ter um atendimento sem pagar os diferentes custos. O Ministério da Educação quer que as pessoas possam beneficiar de senhas para transporte público e também o Ministério da Justiça, para que as pessoas possam beneficiar das certidões e tudo que precisarem, sem custos. Já trabalhamos nisso, mas agora estamos a criar um cartão para actualizar, porque muitas das vezes, por falta de coordenação dos nossos serviços, ainda existem beneficiários fantasmas. Estamos na fase de triagem, porque muitas vezes as pessoas morrem e não se tem informação. Portanto, acabamos o serviço de registo e confirmação desse registo único e a partir daí penso que vamos melhorar e inscrever novos beneficiários, para usufruírem do

projecto que temos em vista para este ano, como dissemos, para cerca de 20 000 pessoas. Ou seja, vamos quadruplicar aquilo que temos estado a fazer até agora.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Fernando Rainho, para uma intervenção.

O Sr. Mário Fernando (ADI): — Sr. Ministro, tenho uma questão, não sei se é da sua área ou se é de uma área do seu Ministério. Havia um banco na nossa praça pública, chamado Banco Equador, onde a Segurança Social tinha um fundo bem volumoso que praticamente ficou perdido. São fundos de contribuintes que foram descontados. Conseguiu-se reaver todo esse dinheiro ou ainda está pendente? Quando levanto esta questão, tem uma sequência. Há um outro banco que fechou as portas, que é o Banco Privado. Se isso se repetiu nesse banco também, se têm lá dinheiro, em que pé está?

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais: — Portanto, é da nossa área.

Infelizmente, tivemos problema com os bancos Equador e Afriland Bank. Na altura, Afriland Bank foi comprado...

Uma voz: — *Island Bank*.

O Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais: — ...*Island Bank*. Portanto, já recuperamos os montantes que tínhamos no *Island Bank*, portanto, negociamos com a nova gestão, os novos proprietários, conseguimos recuperar. Houve falta de atenção por parte dos gestores da instituição que deviam fazer maior acampamento do processo, talvez por falta de experiência ou leviandade no processo de gestão. Não podemos dizer que esses montantes estão perdidos. Temos esperança de que o Governo ainda possa vir a recuperar os montantes que temos no Banco Equador.

Em relação ao Banco Privado, não temos nada, não temos nenhum montante. Portanto, as nossas contas agora estão nos bancos de maior segurança. Grande parte, cerca de 90%, no Banco Internacional e os restantes 10% que recuperámos, vamos transferir faseadamente, porque chegamos a um entendimento, envolvendo o Governador do Banco Central, o Ministério mais os administradores do *Island Bank*?

O Sr. Ministro das Finanças (Américo Ramos): — Energy Bank.

O Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais: — ...Energy Bank. Portanto, houve um entendimento e temos estado a recuperar em função das nossas necessidades. Eu creio também que aquilo aconteceu, porque o Banco Equador remunerava melhor os depósitos a prazo, enquanto os outros bancos na ordem do BISTP fazem a remuneração por volta de 2%. É verdade. Com tantos milhões, dão 2% aos outros. Parece-me que iam em dois dígitos 10,11, e isso é que foi suportado e discutido a riscas.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Ministro.

Sr. Deputado Mário Rainho, está esclarecido?

O Sr. Mário Fernando (ADI): — Estou sim, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para uma intervenção.

O Sr. Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul (Américo Ramos): — Sr. Presidente, dando resposta, em complemento àquilo que foi solicitado, o caso do Banco Privado não é idêntico ao do Banco Equador, porque o Banco Privado tem condições para ressarcir todos os depósitos aos seus clientes, sem qualquer tipo de problema. A questão do Banco Privado vai para além de uma falência técnica.

O Sr. Presidente: — Obrigado, Sr. Ministro das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, para uma intervenção.

O Sr. Ministro de Emprego e Assuntos Sociais: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Srs. Deputados pelas preocupações levantadas, relativamente ao nosso sector.

Gostaria de dizer que esperamos que o que está previsto cá no orçamento que seja considerado, uma vez que vai garantir sobretudo dois grandes eixos que esperamos que é capacitar os nossos jovens, para garantir melhor empregabilidade deles e outro que é a justiça e coesão social. Neste domínio, estão inscritos grandes projectos que têm a ver com a continuação dos objectivos que o Governo tem, construir casas sociais em todos os distritos. Temos também a necessidade de, enquanto não tivermos um programa

que possa garantir o envolvimento de todos os carenciados, continuar a assegurar pelo menos um prato quente àqueles que mais precisam e termos também a assistência às mães e crianças carenciadas, no sentido que possam continuar a estudar e para que não tenhamos a pobreza geracional, ou seja, se os pais forem pobres, os filhos e netos também continuarem a ser pobres. É este o nosso objectivo, partir a barreira da pobreza e garantir pelo menos o mínimo, para todos os são-tomenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro.

Não havendo mais questões, damos por encerrada a reunião.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Estavam ausentes os seguintes Srs. Deputados:

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Deolindo Luís da Trindade da Mata

Maria das Neves Baptista de Sousa

Vasco Gonçalves Guiva